

**EVENTO EM COMEMORAÇÃO
AOS 30 ANOS DA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS**



Brasília, 18 de agosto de 2009

DEBATEDORES

- **Iason Athanasiadis** – Repórter do “The Washington Times”, com ampla experiência na cobertura do Oriente Médio, da Ásia Central e do sudeste do Mediterrâneo. Esteve preso 20 dias no Irã em função da cobertura dos protestos contra o resultado da recente eleição presidencial no país.
- **Alon Feuerwerker** – Colunista do Correio Braziliense (Brasília – DF).
- **Carlos Eduardo Lins da Silva** – Ombudsman da Folha de S.Paulo (São Paulo – SP).
- **Daniel Piza** – Editor-executivo e colunista de O Estado de S.Paulo (São Paulo – SP).
- **Marcelo Rech** – Diretor-geral de Produto do Grupo RBS (Porto Alegre – RS).
- **Merval Pereira** – Colunista de O Globo e comentarista da Rádio CBN e Globonews (Rio de Janeiro – RJ).

MODERADOR:

- **Fernando Rodrigues** – Repórter da Folha de S.Paulo (Brasília – DF) e diretor do Comitê Editorial da ANJ.

JUDITH BRITO, presidente da ANJ abre o evento

Ontem a ANJ completou 30 anos, e esse painel faz parte das comemorações do nosso aniversário. O Brasil de hoje, felizmente, é muito diferente daquele de 1979, quando nossa Associação foi fundada por um pequeno grupo de editores proprietários de empresas jornalísticas. Há trinta anos, o Brasil ainda vivia sob o regime militar, sob o autoritarismo. Havia um anseio geral por democracia, por liberdade, e a criação da ANJ fez parte dessa mudança da sociedade, que queria mais participação.

Nessa trajetória de 30 anos, a ANJ e os jornais brasileiros certamente deram sua contribuição para que o Brasil de hoje seja mais democrático, mais transparente, mais mobilizado. Jornais e o verdadeiro jornalismo, independente e responsável, são imprescindíveis nas democracias. A ANJ tem orgulho de representar esse pensamento em nosso país. Somos hoje 143 jornais de todo o país, em todas as Unidades da Federação, e esses jornais são responsáveis por mais de 90 por cento da circulação diária. A ANJ teve uma razão muito forte pra escolher a liberdade de expressão e o futuro do jornalismo como temas deste painel, que realizamos hoje em comemoração aos nossos 30 anos. A liberdade de expressão, a liberdade de imprensa é a principal motivação da ANJ desde seu primeiro dia. Para as empresas jornalísticas, para os jornais, não há como conceber nossa atividade sem ampla e permanente liberdade, que é o que nos permite cumprir da melhor forma nossa missão de informar os cidadãos. Por isso costumamos dizer que a liberdade de imprensa, mais que direito dos jornais, é um direito dos cidadãos.

Escolhemos tratar também do futuro do jornalismo, porque as empresas jornalísticas, aqui e em todo o mundo, estão num momento decisivo de sua história. A internet e a tecnologia digital transformaram completamente os conceitos e práticas de informação e comunicação. Empresas jornalísticas não são mais aquelas que apenas produzem conteúdo jornalístico para o papel impresso. Já temos hoje forte presença – e com grande competência – no universo da internet. Mas como fazer do jornalismo na internet um modelo de negócio autossustentável? São essas e algumas outras questões que deverão ser debatidas aqui hoje.

Como convidado especial para abordar mais especificamente a questão da liberdade de expressão, a ANJ trouxe ao Brasil o jornalista Iason Athanasiadis, grego de origem britânica, repórter e fotógrafo de grande experiência na cobertura de eventos internacionais, sobretudo no Oriente Médio e Ásia. Iason ficou recentemente preso vinte dias no Irã, quando cobria as eleições presidenciais naquele país, e as manifestações de protesto contra os resultados dessas eleições. Ele terá um depoimento eloquente e muito atual sobre o que é fazer jornalismo em países onde não existe o direito de livremente informar e ser informado. Costumamos dizer que só nos damos conta da importância da liberdade quando a perdemos. É nesse sentido que o depoimento de Iason tem grande importância.

Teremos também, no painel, renomados e experientes jornalistas brasileiros para debatermos o futuro de nossa atividade.

Saúdo e agradeço a presença do Merval Pereira, do Daniel Piza, do Marcelo Rech, do Alon Feuerwerker e do Carlos Eduardo Lins da Silva. Um agradecimento especial ao moderador desse painel, Fernando Rodrigues, meu colega, que foi fundamental para que trouxéssemos o Iason para esse nosso evento.

Quero novamente registrar que a nossa plateia é constituída, em grande parte, por professores e estudantes de jornalismo. Para a ANJ e os jornais brasileiros é muito importante esse contato, essa troca de informações com quem forma os futuros jornalistas, e com os próprios futuros jornalistas. Por isso, estamos estimulando que os estudantes aqui presentes produzam matérias sobre o nosso evento, para serem publicadas no nosso site, no site da ANJ. A melhor matéria será publicada no Jornal ANJ, e dará direito, ao seu autor e ao seu professor, orientador, estarem presentes no 8º Congresso Brasileiro de Jornais, que a ANJ realizará em agosto do ano que vem, no Rio de Janeiro.

FERNANDO RODRIGUES

Boa tarde a todos, muito obrigado pela presença, por comparecerem aqui, a todos os integrantes da plateia, aos nossos convidados palestrantes. Estamos um pouco atrasados no nosso cronograma pra esta tarde, e os trabalhos serão – eu vou descrever aqui mais ou menos, brevemente, para os senhores, como será. Primeiro teremos o Iason, nosso convidado internacional, que vai fazer uma exposição de aproximadamente vinte minutos. E em seguida cada um dos palestrantes terá a palavra, brevemente, para comentar tanto a exposição do Iason, como para acrescentar mais algumas opiniões que possam ter, mais informações que possam agregar ao nosso painel, cujo título é *Liberdade de expressão e o futuro do jornalismo – o que dizem os jornalistas*.

Antes de passar a palavra ao Iason, e eu também vou fazer a apresentação do Iason, e depois vou me permitir fazer a apresentação de cada um dos nossos palestrantes no momento seguinte, quando cada um deles for falar.

O Iason é um amigo pessoal, é uma alegria muito grande tê-lo aqui conosco. Ele trabalho como jornalista desde 1999, cobrindo o Oriente Médio, Ásia Central, sudeste do Mediterrâneo e suas principais áreas de concentração. Cursou Árabe e Estudos do Oriente Médio Moderno na Universidade de Oxford; Persa e Estudos do Irã Contemporâneo na Faculdade de Estudos Internacionais de Teerã; e também fez Estudos Turcos em Harvard. Colaborou com a BBC World Service durante a preparação dos Jogos Olímpicos. Cobriu as eleições de 2005 no Afeganistão, a guerra entre Israel e Resbolah no Líbano em 2006, a violência que antecedeu o aumento da presença de tropas aliadas no Iraque, as tensões no Paquistão e a concorrida e recente eleição presidencial no Irã, agora neste ano de 2009. Durante esta última viagem, depois de fazer a cobertura da eleição presidencial no Irã, Iason foi detido pelo Ministério da Inteligência Iraniano, acusado de espionagem. Ele passou três semanas na prisão, no Irã. E já fez, voltando agora ao currículo, muitas reportagens sobre todos esses temas pra publicações como Financial Times, Daily Telegraph, Guardian, Washington Times, que foi o jornal para o qual ele estava trabalhando no Irã, Christian Science Monitor, o New York Times, Spectator, e trabalhou já no Afeganistão, Cuba, Chipre, Egito, Irã, Iraque, Grécia, Líbia, Coreia do Norte, Síria,

Turquia, Qatar, Iêmen, e atualmente tem sua base em Istambul. É um prazer muito grande apresentar a vocês o Iason, um grande amigo e que nos deixa muito feliz com a sua presença aqui. Iason. (aplausos).

IASON ATHANASIADIS

Gostaria de dizer que é uma honra estar aqui. Agradeço muito o convite. Na verdade, essa experiência de vir ao Brasil é tão maravilhosa que chego a desejar ser preso mais vezes no Irã.

Obviamente, começarei a falar sobre a experiência de fazer a cobertura do Oriente Médio.

Na verdade, a última vez em que falei em público foi na Faculdade de Estudos Orientais e Africanos em Londres, há cerca de três anos. A introdução que fizeram de mim foi parecida com a que Fernando acaba de fazer. E é claro que nos instantes que levei para chegar ao pódio, todos já deviam ter decidido que sou um espião. Com um currículo desses, fica claro que só poderia estar envolvido com espionagem, senão não estaria me esforçando tanto para fazer um trabalho tão mal pago como é o jornalismo. Portanto, deve ter sido esta a conclusão a que chegaram os meus captores do Ministério de Inteligência do Irã.

A história é interessante, não quero aborrecê-los com muitos detalhes, mas o fato básico é que os iranianos estavam muito orgulhosos com a realização das eleições, que ocorrem a cada quatro anos e representam um voto de confiança na República Islâmica, e o regime se orgulha muito disso. Também é uma das poucas oportunidades em que nós jornalistas ocidentais temos para entrar com facilidade no país. Se você é um jornalista paquistanês, russo ou chinês, é um pouco mais fácil, porque tradicionalmente esses países têm melhores relações com o Irã.

Portanto, lá estávamos nós, quinhentos jornalistas estrangeiros no Irã, e o regime muito orgulhoso do fato de estar realizando as eleições. As coisas não devem ter ido tão bem quanto eles esperavam, e acabamos no meio daquela situação, com milhares, centenas de milhares de pessoas nas ruas aos berros, numa manifestação contra a legitimidade daquelas prisões. De todos os jornalistas que corriam para lá e para cá tentando cobrir as eleições, eu era o único que falava Farsi. Morei no Irã por três anos, me formei em Jornalismo lá e, portanto, para as pessoas do Ministério de Inteligência que ouviam minhas conversas ao celular, com certeza parecia muito suspeito aquele homem grego-britânico andando por todos os cantos, falando com seus amigos iranianos, pedindo informações sobre as manifestações e até mesmo indo de encontro a elas.

Como ocorreu com a maioria das prisões no Irã, só fui preso ao tentar sair do país. Fui levado para o aeroporto, passei pelo controle de passaportes sem problemas, sentei num café, escrevi meu último artigo – quinhentas palavras sobre como me sentia saindo do país. Parei no meio da estória, antes de terminá-la, pois naquele momento não estava nada claro, como não está até hoje, como ela terminaria, em que resultaria aquela crise

política sem precedentes. Então, saí para pegar meu voo, me dirigi ao portão. Foi então que um homem se aproximou e disse – ele não vestia uniforme, estava à paisana – “Você é Iason Athanadiasis?”, que é o nome no meu passaporte, e eu repondi: “Sim”, e então ele disse: “Por favor, me acompanhe, você não vai viajar hoje”.

Existe uma expressão em inglês, talvez seja em grego, mas o meu “estômago afundou”. Foi o que me aconteceu. Cheguei mesmo a ter a sensação biológica, meu estômago parecia literalmente afundar, é uma sensação que muitas pessoas não chegam a ter, foi interessante sentir no corpo a realização de uma expressão que para mim sempre fora um clichê.

É claro que o Irã não é uma ditadura muito desenvolvida como a Coreia do Norte, por exemplo. Portanto, o homem que foi me prender não era a pessoa realmente encarregada disso, provavelmente as pessoas que teriam que me prender estavam presas em algum congestionamento de trânsito em Teerã, devido a todo o tumulto no centro da cidade. Então, ficamos esperando por eles durante cerca de uma hora e meia, tomando chá e assistindo ao jogo em que o Irã tentava se classificar para a Copa do Mundo. Conversamos, ele me falou de uma peregrinação que fez à Arábia Saudita, e assim que descobri que ele não era um agente da Inteligência, me senti mais à vontade.

Passei os vinte dias que se seguiram na prisão, talvez seja a prisão mais conhecida do Irã – não por ser a mais perigosa ou a que oferece as piores condições – porque a prisão já fora péssima e agora não estava tão ruim, as condições eram razoáveis, portanto não posso dizer que sofri muitos maus tratos. Sendo jornalista estrangeiro, fui bem tratado. Fiquei numa solitária durante vinte dias, a cela media cerca de 2 metros ou 2,5 metros por meio metro. Eu via a luz do sol, o que é muito importante quando se passa tanto tempo sozinho, para podermos marcar a passagem do dia. Não me foi permitido ler ou escrever, mas eu tinha uma cópia do Corão, e já que leio Árabe, aproveitei para renovar minha familiaridade com o livro. Na verdade, era tudo tão monótono que eu aguardava os interrogatórios com ansiedade, e é justamente essa técnica que eles usam, os presos só têm contato com seus interrogadores. Claro que havia aquela rotina do “interrogador bonzinho e o interrogador malvado”, foram vários interrogatórios, várias rodadas, e faziam todo tipo de perguntas sobre o que eu fizera nos três anos em que vivi no Irã, o que fizera nos sete dias em que cobri as eleições e os tumultos após as eleições.

De qualquer modo, acho que no final consegui convencê-los de que não era espião algum, que realmente era apenas um jornalista. Acho que o fato de eles terem ficado confusos quanto ao tipo de jornalista que sou, um *free lancer*, não é tão surpreendente, não é preciso ser um agente da inteligência iraniana para ficar confuso com isso. Parece que alguns colegas estão mistificando um pouco o que eu realmente faço. Eu acho, na verdade, que esse é o futuro do jornalismo, um ofício que sempre recebeu definições tão estranhas, mas que hoje, especialmente, se tornaram particularmente flexíveis.

Vivemos numa época em que a internet significa que tudo que uma pessoa escreve, desde que seja em Inglês, Espanhol ou Árabe, por exemplo, será lido não somente pelos leitores tradicionais do seu jornal, que tem restrições geográficas e também de horário.

O jornal aparece num dia e depois desaparece. Acaba aí, o artigo fica nos seus arquivos, ninguém mais o procura, a não ser que você o envie. Não é mais assim desde que comecei a trabalhar para o *The Globe*. Tudo que nós escrevemos é lido por pessoas tão diversas quanto o são os cinco continentes. Qualquer um que tenha interesse, qualquer um que faça uma pesquisa no Google, vai encontrá-lo, a menos que o seu jornal deixe as matérias arquivadas pelo tempo em que a internet continuar a existir.

Portanto, escrever para tal público é uma perspectiva assustadora. Ao mesmo tempo, como a internet não foi tão bem estruturada quanto a imprensa, ela não dá margem às altíssimas receitas, ou pelo menos ainda não se descobriu como obter receitas satisfatórias com a veiculação de artigos na internet. O que significa que os jornalistas não são mais muito bem pagos, que não existem mais os orçamentos que permitem enviar pessoas para cobrir estórias, que o jornalismo de cidadãos ocupou um lugar no banco da frente, até mesmo rapidamente ultrapassando o jornalismo tradicional. Supostamente, o Irã abriu espaço para a revolução do Twitter. Claro que essa afirmativa não é muito precisa. Tanto o Facebook como o Twitter desempenharam um papel importante nos acontecimentos, mas quem acompanhou tudo pelo Facebook ou Twitter pode ter ficado tão mal informado quanto quem leu o jornal mais tendencioso, porque as pessoas que têm acesso a essas tecnologias, as pessoas que sabem escrever em Inglês, por exemplo, pois é o idioma que tem que ser usado por quem quer alcançar um público global, não eram tão representativos da sociedade do Irã.

Portanto, estamos entrando numa era em que os jornalistas de carreira, com décadas de experiência, estão sendo convidados por seus editores – possivelmente de modo não muito gentil – a reaprenderem o seu trabalho, a aprenderem a gravar em vídeo, a usar multimídia, a gravar áudio, a escrever, não para os jornais, mas para a internet. E parece que os poderes estabelecidos decidiram que as estórias para a internet precisam ser mais curtas, mais concisas, menos descritivas do que as que fizemos até hoje na imprensa tradicional. A ideia de sentar para ler o jornal de domingo e relaxar lendo um artigo de sete mil palavras não combina muito com estar curvado sobre um *laptop*. Por isso também, o jornalismo está sofrendo uma mudança muito essencial.

Agora, gostaria de falar um pouco sobre como é trabalhar como jornalista no Irã e na Coreia do Norte. Vivi no Irã durante três anos; por algum tempo estudei, aprendi Farsi e viajei pelo país. Também trabalhei como fotógrafo. Na Coreia do Norte, fiquei apenas alguns dias. É muito difícil visitar o país quando não se é norte-coreano ou chinês, e ficamos muito restritos. Então talvez eu possa usar aqui alguns exemplos dos casos mais extremos de como o jornalismo é monitorado nesta era cada vez mais globalizada. É claro que hoje, com o Google, os consulados dos países autoritários têm em mãos uma ferramenta melhor do que nunca para identificar as pessoas a quem concedem vistos. A melhor agência de inteligência não chega aos pés do Google, que mostra ao cônsul ou ao agente exatamente o que aquele homem ou mulher que está pedindo visto escreveu no passado e quais são suas intenções.

No caso dos meus interrogadores, cheguei a ficar decepcionado ao me dar conta que eles não tinham usado o Google. Durante os interrogatórios, começou a ficar aparente que

aquelas pessoas não tinham a menor ideia sobre o meu trabalho. Mesmo assim, demonstraram grande interesse em entender porque eu vivera por três anos no Irã, quem me enviara, o que eu fizera no país, que países visitara, tudo com muitos detalhes, datas, nomes, endereços, nem todos eu dava, o que foi a parte mais fascinante de estar preso, porque é um esforço e um desafio enorme lidar com a nossa mente. A pior coisa a fazer nesses momentos é entrar em pânico; a melhor é meditar ou pensar, lembrar de situações que nos trazem conforto, pensar de modo muito objetivo e simples, em qual será o próximo desafio, o desafio do dia seguinte, das próximas horas, ou do próximo interrogatório. Essas foram algumas maneiras que eu encontrei para lidar com aquela situação, e ficou claro desde o início que os meus interrogadores não conheciam o Google e nem o meu trabalho. Na verdade, minha prisão não poderia nem mesmo ser descrita como parte do admirável mundo novo dos jornalistas vitimados. Foi mais um estilo de admirável mundo velho. Havia alguma tecnologia envolvida, pois eles grampearam meu telefone, e foi por isso que me prenderam, me escutaram falando com meus amigos em Persa. Mas a tecnologia não passou disso.

Durante todo o período em que fiquei preso, tive os olhos vendados, pois estava numa parte exclusiva do Ministério da Inteligência e não podia ver os rostos das pessoas que trabalhavam ali. Mas quando ia e voltava da cela de interrogação, pude ver alguns detalhes por baixo da venda. Vi prisioneiros, fileiras de prisioneiros sentados no chão, todos com os olhos vendados como eu. Vi membros do Ministério da Inteligência – e essa foi a parte mais interessante –debruçados sobre arquivos enormes, pareciam álbuns de família, cheios de fotos das recentes manifestações. O Ministério da Inteligência tinha seus próprios fotógrafos e filmadores, que esquadriavam as manifestações. Eles estavam sentados com canetas na mão, desenhando círculos ao redor dos rostos das pessoas que apareciam mais de uma vez nos tumultos. Portanto, eles não contam com alta tecnologia. A ideia de que eles teriam uma enorme tela com imagens digitais e que usariam programas de reconhecimento para identificar as pessoas não se aplica. Aquelas informações são apenas uma forma antiga de repressão. E acho que muito bem sucedida, certamente passou a mensagem de que eles estariam prontos para aumentar as proporções dessa guerra, ou intimidação, lançada contra os jornalistas, e que as pessoas não seriam bem-vindas no país. É a mesma mensagem que eles já haviam dado antes, mas certamente essa foi a primeira vez em que ela foi transmitida de modo tão ríspido.

Agora vou mostrar rapidamente algumas imagens da Coreia do Norte, onde existe muito mais repressão do que podemos imaginar que haja no Irã. O Irã é, na verdade, uma sociedade bastante aberta, pelos padrões do Oriente Médio. E eu fui convidado para presenciar e cobrir um evento no país chamado de Jogos Arirang, realizados no último verão. Os Jogos Arirang são o maior espetáculo da humanidade. Cento e cinquenta mil pessoas participam do evento. Dessas cento e cinquenta mil pessoas, cinquenta mil formam aquele painel enorme que vemos ao fundo, formando a bandeira da Coreia do Norte. Cada um daqueles pontinhos que vemos na imagem é uma pessoa segurando uma placa. Portanto, fomos convidados para assistir ao espetáculo e, novamente, assim como o Irã nos convidou para cobrir o espetáculo de suas eleições, da democracia islâmica em

ação, os norte-coreanos se orgulhavam daquele perfeito exemplo de coordenação de massas, a total subjugação do indivíduo ao todo.

Mas, ao mesmo tempo, embora estivéssemos extremamente restritos nas nossas interações com a sociedade, pois tínhamos um guia o tempo todo e não podíamos sair do hotel e nem saltar dos ônibus aonde queríamos, só nos pontos que eles escolhiam para visitarmos, como este museu; conseguimos ter alguns relances daquela sociedade que ainda é a sociedade mais secreta do planeta Terra. Estas são as imagens que conseguir fazer de dentro do ônibus enquanto íamos de um lugar para outro, elas mostram uma paisagem desprovida, pessoas perambulando, aparentemente sem destino. É claro que o desemprego é muito alto, o sistema comunista ruiu nos últimos cinquenta anos. Isto é Pyonkyang ao anoitecer, está escuro porque em muitas noites eles ficam sem eletricidade. Essas grandes avenidas foram abertas na expectativa de uma fase de ouro do automóvel, que acabou não acontecendo na Coreia do Norte.

A imagem do grande líder está em todos os lugares. Os norte-coreanos usam um pequeno broche sobre o coração com a imagem do presidente Kim Jong-Il. E aqui, outra foto tirada do ônibus, ao amanhecer, com soldados fazendo *jogging* na ponte. Essas estátuas enormes no centro de Pyongyang, para onde as pessoas se voltam para prestar obediência. E o campo de golfe, uma surpresa, fica nessas pequenas ilhas e conta com um hotel de luxo de 50 andares para receber visitantes ilustres e dignitários, empresários chineses, comerciantes de armas de Macau e de Burma. É realmente uma sociedade fascinante, e eu gostaria de ter conseguido penetrar um pouco mais, mas com certeza é uma das sociedades mais fechadas da Terra. E nós pressionamos nossos anfitriões o máximo possível, queríamos ultrapassar aquela imagem de distância, de alienação, de estranheza. Conseguimos convencê-los a nos levar a uma praia. Eles não gostaram nada da ideia de nos levar a uma praia, para eles era como um segredo de estado, imaginem se não fosse permitido a nenhum estrangeiro ir à praia de Copacabana porque poderiam ficar chocados com o que vissem ou porque criariam uma ideia contrária à que o governo do Brasil divulgasse oficialmente sobre o país. Mas eles eram muito educados, é claro, nós éramos seus convidados. Então disseram: “É praticamente impossível ir à praia, porque o bilhete de entrada é extremamente caro”. Nós perguntamos quanto era, e eles responderam: “São cinco euros”, que para eles é uma quantia exorbitante. Nós dissemos: “Está ótimo, podemos pagar”. E eles: “Cada um”. Nós éramos três. Pagamos os quinze euros e fomos para lá. Só nos deixaram ficar uns cinco minutos, e pudemos ver algumas pessoas cantando karaokê. É claro que eram a elite, o norte-coreano médio não iria a um balneário como aquele.

De volta a Pyongyang, conseguimos fugir de nossos guarda-costas e mais uma vez capturamos essas imagens muito monótonas, cenas comuns de gente comum, sem muito dinheiro, se entretendo às margens do rio numa tarde de domingo.

Realmente, o jornalismo que faço, e é o tipo de jornalismo que eu me interessaria em ler, derruba muros entre as sociedades. É ridículo o governo da Coreia do Norte querer nos impedir de ver imagens como essas, que humanizam o seu próprio povo para criar essa sensação de confronto. É justamente essa sensação de confronto que nós percebemos tanto na Coreia do Norte quanto no Irã. Ahmadinejad precisa do confronto com o

Ocidente, porque se não existisse, ele e seus aliados nem estariam no poder. É o poder do pesadelo, uma mostra de força através do medo.

FERNANDO RODRIGUES

Muito obrigado, Iason, por sua exposição, por suas palavras, por trazer tantas informações, ideias, pra que possamos discutir aqui.

Nós vamos começar então o debate, e eu lembro a todos que as perguntas serão feitas ao final, por escrito, haverá formas de essas perguntas serem coletadas, aí, pelo pessoal do apoio. E nós vamos começar, então, com o Marcelo Rech, que vai ser o primeiro a comentar. Como eu disse, nós vamos fazer comentários curtos, aqui, pra tentar fazer o debate mais produtivo mais adiante, podemos daí perguntar entre nós, também.

E o Marcelo, que é Diretor Geral de Produto do Grupo RBS; foi Diretor de Redação do Jornal Zero Hora, Diretor Editorial dos sete jornais do Grupo. Marcelo é formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No Zero Hora, foi também repórter especial e editor-chefe. É autor do livro *Enviado Especial, Passageiro da História*, que apresenta a síntese de mais de vinte grandes coberturas internacionais. Entre elas, cinco expedições à Antártica, a cobertura das Guerras do Golfo e da Iugoslávia, e o fim da União Soviética. Marcelo Rech é membro do Board do Fórum Mundial de Editores, vinculado à Associação Mundial de Jornais. Então, é com prazer que eu passo a palavra ao Marcelo.

MARCELO RECH

Obrigado, Fernando, parabéns, Iason, pela apresentação.

E um dos aspectos que eu acho que o Iason nos traz, fisicamente, pessoalmente, aqui, é um paradoxo, e é sobre esse paradoxo que eu gostaria de abordar hoje, os paradoxos dos nossos tempos, dos tempos de comunicação que nós estamos vivendo.

Eu li em algumas entrevistas do Iason, recentemente, uma outra visão do que nós nos acostumamos a ver nas últimas semanas, ou aquilo que foi emanado do Irã, de as redes sociais, o celular, os torpedos, enfim, tinham produzido de positivo pra sociedade iraniana, para a liberdade de expressão, para a mobilização. Mas que as redes sociais também foram apreendidas pelo regime iraniano, pelas forças de repressão e segurança do Irã, que tentavam forçar as pessoas, o próprio Iason, a ceder suas senhas no Facebook, no My Space, e assim por diante, e com isso tentava rastrear a rede de amigos e de pessoas com que tinham conexões, e com isso poder, então, enfim, ampliar o espectro da repressão. Então esse é um dos paradoxos que nós estamos vivendo. Na verdade é o que faziam ao longo dos últimos decênios, e nós no Brasil também convivemos com isso, das forças ligadas a ditaduras de tentar localizar a impressora daquele jornal clandestino, enfim, que conseguia mobilizar as pessoas, e com isso apreender algumas pessoas ligadas ao grupo rebelde ou de oposição. E o que acontece no Irã hoje, de uma maneira muito mais sofisticada – e em outros regimes – é esse traqueamento digital em busca, enfim, da repressão. E esse é um dos grandes paradoxos que nós estamos vivendo, e eu gostaria de

dividir com vocês, porque nós estamos no meio da maior transição da história da comunicação que se podia imaginar.

Nós tínhamos barreiras de entrada legais e financeiras para o estabelecimento de meios de comunicações que praticamente desapareceram, hoje. Praticamente não existem mais barreiras de entrada. Os jornalistas, nós jornalistas passávamos a grande parte do nosso tempo capturando, buscando, apurando, e exaustivamente, a informação; hoje nós passamos grande parte do nosso tempo selecionando, filtrando, hierarquizando informação e dispensando informação e desinformações. Nós passamos de audiências passivas para audiências interativas, com voz, também, de audiências que estavam à nossa espera, à espera do que os jornalistas, né, os supostos oráculos, os jornalistas profissionais iriam transmitir. E essas audiências, hoje, nós temos que sair atrás delas, não estão mais à nossa espera. Nós passamos de uma, de certa desatenção que se tinha nos meios de comunicação há décadas, com as audiências, para uma obsessão com a audiência, que chega ao ponto de saber quanto tempo uma pessoa está dedicando à leitura de uma matéria, né, o que é possível se fazer, via web. E se passa também neste momento de um modelo de rentabilização relativamente confortável para um modelo de negócios de comunicação, de sustentação, que é na verdade um desafio e uma incógnita. Nós estamos escrevendo esta história da comunicação, que não ocorre de uma forma linear, de uma forma cartesiana. Mas que ocorre com muitos desses paradoxos. E um deles, eu acho que é o próprio tema desse painel: "O futuro do jornalismo e a liberdade de expressão".

Eu não tenho dúvidas de que o jornalismo, seja ele praticado por jornalistas e empresas, e que seja no seu conceito mais amplo, o jornalismo praticado por todo e qualquer cidadão, hoje, ele é mais amplo, ele é mais diversificado, ele é mais rico, ele é muito mais veloz, mais rápido, mais ágil. E também é mais preciso, porque há muito mais fontes disponíveis, e acesso a essas fontes, e a possibilidade também de se checarem essas informações. Mas nós temos um paradoxo, no Brasil, pelo menos, não necessariamente, embora tenhamos tido grandes avanços na qualidade do jornalismo de uma maneira geral, não necessariamente no Brasil, esse é um dos paradoxos, o jornalismo não está mais livre do que estava no passado.

Nesse jornalismo brasileiro, que é feito com CNPJ, né, da pessoa jurídica, e com CPF das pessoas físicas, dos jornalistas pessoas físicas, eu tenho dúvidas se nós poderíamos dizer hoje, nas redações, que nós nos sentimos com mais liberdade de expressar a opinião em relação ao arcabouço legal que foi montado nesses últimos vinte anos, e as armadilhas legais e jurídicas e sofisticados modelos de Executivo, de governantes, nós podemos nos sentir mais à vontade, por exemplo, para expressar na plenitude a nossa opinião, e fazer investigações. Engraçado, nós estamos quase vivendo a maioria da Constituição Brasileira, faz pouco mais de 20 anos que ela foi promulgada, e a despeito de todo o trabalho, fantástico trabalho, exercido há trinta anos, por entidades como a Associação Nacional de Jornais, em defesa da liberdade de expressão, e de alguns avanços, como a iniciativa do deputado Miro Teixeira, apoiada pelo Supremo Tribunal Federal, que mandou pra lata de lixo da história a famigerada Lei de Imprensa, mas o fato é que há vinte anos nós estávamos cobrindo as primeiras eleições diretas para presidente, depois

do período de ditadura, do regime militar, e logo em seguida vários de nós, aqui, também o processo de impeachment do Fernando Collor de Mello, e o fato é que, duas décadas depois, nós constatamos os meios eletrônicos, em razão de uma série de restrições legais que foram se impondo, ou foram sendo impostas nos últimos anos, muitos dos meios acabaram abdicando de uma cobertura ampla, porque as restrições legais a essa difusão ficaram tão restritas, que muitas vezes a cobertura ficou insossa, burocrática e pouco atraente, o que com graves implicações para a própria popularização das eleições, da democracia.

Um outro aspecto diz respeito à indústria do dano moral, um fenômeno tipicamente brasileiro. A indústria do dano moral, que inibe a liberdade de expressão, ela tem pouco mais de dez anos – aqui no Rio Grande do Sul um pouco mais de tempo, começou há cerca de quinze anos a indústria do dano moral, que tem sufocado empresas, tem inibido muitos jornalistas a expressar sua opinião, como eu tinha manifestado, e que se viu mais recentemente, que tem chegado a um grau de sofisticação, que é o caso das ações movidas pela Igreja Universal contra a Folha de São Paulo e a jornalista Elvira Lobato, com dezenas de ações simultâneas, tentando tumultuar e trazer, e de fato a inibição via indústria do dano moral, da liberdade de expressão e do livre exercício da imprensa.

O segredo de justiça, que eu me lembro, lá no passado, ele era um instrumento que todos nós compreendíamos, jornalistas, e respeitávamos, porque ele visava basicamente proteger os direitos de família das ações, aquelas relacionadas a divórcio, crianças, etc, passou a ser um instrumento quase que rotineiro para encobrir ações que envolvem corrupção.

A prática, infelizmente arraigada, que nós vemos no Brasil e em outros países, aqui na Argentina, nosso vizinho, de governantes, né, sobretudo o poder executivo exercendo pressão com dinheiro público, nos mercados menores, mercados mais frágeis, para, em última análise, comprar simpatias e impedir investigações, uma prática disseminada, por exemplo, na Argentina, que ocorre, infelizmente, também, em alguns mercados do Brasil.

E a censura prévia, que nós temos o caso emblemático do jornal O Estado de S. Paulo, nesse episódio revoltante, que continua pairando sobre todos nós e, por incrível que pareça, quase 21 anos depois da Constituição Brasileira a livre expressão.

E mais preocupante, pra encerrar, Fernando, depois a gente pode continuar debatendo, uma percepção muito pessoal minha, preocupante, infelizmente eu tenho a sensação de que esse valor da liberdade de expressão, da imprensa livre, de uma maneira mais ampla, ainda não é um valor assimilado pelo conjunto da sociedade brasileira como um direito dela. Como um direito não apenas dos jornalistas, das empresas, de todas as pessoas que lidam com a informação, mas como um direito inalienável da sociedade brasileira de ter uma imprensa livre, assim como tem um direito inalienável à educação, à vida digna, e assim por diante. E é um valor que ainda tem, com suas nobres exceções, poucos defensores nos poderes constituídos, poucos defensores fora do próprio grupamento, digamos assim, do conjunto dos meios de comunicação.

Então nós, aí como vimos, temos ainda um longo caminho a percorrer, pra jogar o resto do entulho autoritário e impedir que novos venham a ser concebidos e impostos à

sociedade brasileira, como vem ocorrendo em vários países latino-americanos, notadamente na Venezuela, e não é por falta, infelizmente, eu acho, de vontade, que ainda não foram implementados em alguns aspectos da vida brasileira. Então, obrigado pela atenção, continuamos conversando depois.

FERNANDO RODRIGUES

Muito obrigado, Marcelo, por suas palavras. Como eu disse a todos, todos que estão aqui presentes podem, se desejarem, redigir perguntas que serão coletadas pelo pessoal do apoio e serão, então, lidas e debatidas aqui, ao final da exposição dos nossos palestrantes.

O próximo a falar, ali à esquerda do Marcelo, é Daniel Piza, editor-executivo e colunista cultural do jornal O Estado de São Paulo, onde começou sua carreira de jornalista como repórter do Caderno 2 e editor-assistente de cultura. Daniel Piza trabalhou na Folha de São Paulo e na Gazeta Mercantil em cargos como repórter, editor-assistente, editor e colunista. É comentarista do canal Globo News e da rádio Eldorado. Traduziu oito livros e organizou seis outros, nas áreas de jornalismo cultural e literatura brasileira. Publicou catorze livros, quatro ensaios, um volume de aforismos, quatro coletâneas, um romance juvenil, um infantil, dois perfis e a biografia de Machado de Assis. Escreveu, também, os roteiros de dois documentários. Então eu passo a palavra ao Daniel Piza. Daniel.

DANIEL PIZA

Obrigado, Fernando. Boa tarde.

Bom, eu acho que o tema "o futuro do jornalismo e a liberdade de expressão" é um tema quase tautológico, né, poderia ser o passado do jornalismo e a liberdade de expressão, o presente do jornalismo e a liberdade de expressão. Não se pode conceber jornalismo sem se conceber a ideia da liberdade de expressão. E acho que é um índice de desenvolvimento de um país, né, deveriam incluir na fórmula do IDH, de alguma forma, o índice de liberdade de imprensa, de liberdade de expressão, o direito à informação, a maneira como essa circulação, essa informação circula na sociedade.

Acho que, eu me lembro sempre do Edward Said, né, o intelectual palestino que morreu há alguns anos, e nos últimos anos de vida ele comentava que, pela primeira vez em toda a sua história, toda a sua longa batalha de intelectual, né, contestador, né, como ele mesmo se orgulhava de dizer, um intelectual amador, um intelectual contra a ordem estabelecida, que deixou vários livros, né, dissonantes, aí, da opinião dominante, e que ele dizia que pela primeira vez na vida ele estava sendo lido por seus amigos palestinos, por seus antigos alunos, dele na Inglaterra, que tinham voltado à Palestina, e que ele estava sendo lido por esses amigos e companheiros, colegas de profissão, pela primeira vez na história, graças à internet.

Então, acho que não resta dúvida de que o jornalismo, com toda essa transformação da era digital trouxe enormes ganhos de liberdade de expressão, de acesso à informação, inclusive em sociedades semi-fechadas, ou semi-abertas, como o Irã e a China, onde já

começa a haver uma juventude que assimila informação pela internet, por Twitter, por MSN, né. Isso se viu muito, com todos os problemas que ainda há na China, mas isso já se viu muito nos jogos olímpicos do ano passado. Que dizer, há uma geração jovem que tem acesso a mais informações do que seus pais tiveram, muito mais, né, até porque, boa parte desses pais foram vítimas de revolução cultural chinesa. E, no entanto, eu acho que, assim como disse o Marcelo, eu acho que esses valores da liberdade de imprensa e de expressão muitas vezes não são entendidos, né. E não só nessas sociedades semi-abertas, como China e Irã, né, mais em sociedades mais plurais, mais democráticas, né, como o Brasil. E concordo plenamente com o Marcelo, que é uma coisa que a própria sociedade ainda não assimilou integralmente como um direito, antes de mais nada um direito de cidadania, né. Não só um direito do jornalista de se expressar, ou dos órgãos, de funcionarem livremente, mas um direito que é de todos, um direito de cidadania, da sociedade brasileira em geral.

Então, é obviamente lamentável que a gente presencie um caso como essa censura prévia ao jornal O Estado de São Paulo, né, movida por um juiz daqui do Distrito Federal, proibindo o jornal de divulgar o conteúdo, que acho que não resta dúvida de que é um conteúdo de alto interesse público, obtido por meio de gravações feitas legalmente, né, e que está acima do interesse de um filho de senador de se proteger em relação à divulgação dessas informações. É um sinal triste dessa imaturidade da liberdade de expressão no Brasil que haja esse tipo de censura prévia. Mas ainda, né, reforçando o comentário do Marcelo, não é um caso isolado, infelizmente, nos últimos tempos, no Brasil. A gente tem visto vários casos, desde a atriz que proíbe um colunista de humor de usar um termo em relação a ela, até a proibição em períodos eleitorais, como a que o Manhattan Connection sofreu, se não me engano no ano passado, de não poder comentar as eleições no próprio dia das eleições. Enfim, o livro do Roberto Carlos, as pressões contra a Elvira Lobato, né, movendo ações em todas as partes do país, pra obrigá-la a andar pelo país, respondendo ao conteúdo das suas matérias sobre a Igreja Universal. Enfim, há uma lista enorme, vocês estão todos cientes dela, não preciso ficar lembrando disso.

Mas eu acho que, quer dizer, reafirmando a minha sensação de que os ganhos de liberdade de expressão trazidos pelo mundo digital são evidentes, mas lembrando sempre que eu espero que, mais uma vez, eles não sejam atrasados ou revertidos, no Brasil, como em outros setores, né, não só no setor de comunicação. Esse Brasil velho, assim, sempre tocando a novidade, sempre emboscando o que a juventude está valorizando mais do que nunca, a achando que você pode cercear a liberdade de expressão numa era em que os meios de comunicação se multiplicaram de tal forma.

Eu me lembro também dos casos dos dossiês do Pentágono, né, do Pentagon Papers, em que foi um funcionário que revelou documentos confidenciais, né, do Departamento de Estado Americano, Daniel Ellsberg. E que passou a um repórter no New York Times, né, a matéria foi publicada, houve uma ação que tentava proibir o jornal de publicar essas informações, que eram extremamente relevantes, né, porque era 1971, a Guerra do Vietnã ainda ocorria. Eram informações que mostravam várias mentiras ditas não só por Lyndon Johnson, mas também por Kennedy, em relação ao envio de tropas e as derrotas

que ocorriam das tropas americanas no Vietnã. E houve uma decisão judicial, que depois criou uma jurisprudência, defendendo o direito do New York Times naquela ocasião. E naquela ocasião, a participação do Washington Post na história foi fundamental.

Quer dizer, o apoio de um outro jornal, que começou também a divulgar não só os fatos revelados por aqueles documentos, mas toda a pressão que o New York Times vinha sofrendo, foi fundamental pra que a história caminhasse no sentido de uma aprovação total da liberdade do jornal de divulgar informações que interessava ao poder que não fossem divulgadas, mas interessava à sociedade, sobretudo, que fossem.

Então eu acho que esses ganhos de liberdade de expressão que a gente tem vivido nos últimos tempos, dos quais o Edward Said falou tão bem, eles devem ser reforçados, e eles devem ser pulverizados, eles devem ser ampliados, eles não vão acontecendo por combustão espontânea, né. Eles precisam ser ajudados, eles precisam ser reforçados cada vez mais. Eu acho que a atuação de instituições é muito importante, acho que há uma parcela crescente de pessoas lúcidas no meio judiciário brasileiro, né, há vários exemplos recentes disso na história do Brasil, e que elas devem estar ao lado disso, quer dizer, as instituições devem se manifestar, os órgãos de imprensa devem se manifestar, a sociedade deve se manifestar, e ela se manifestou claramente nos últimos dias. E deixo aqui esse meu voto de que as coisas estão melhorando mas a gente não pode em nenhum momento fraquejar ou achar que elas vão melhorar apenas com o passar do tempo. É preciso o esforço de todos e muita clareza, até que esses valores estejam de fato entranhados na sociedade brasileira.

FERNANDO RODRIGUES

Muito obrigado, Daniel.

Eu vou passar a palavra, agora, ao jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva, ombudsman da Folha de São Paulo, e editor da Revista de Política Externa. Carlos Eduardo é livre docente e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e mestre em comunicação pela Universidade Estadual de Michigan. Carlos Eduardo fez pós-doutoramento no Woodrow Wilson International Center for Scholars, em Washington, nos Estados Unidos, e foi professor universitário no Brasil e no exterior. Foi ainda apresentador do programa Roda Viva, da TV Cultura, de São Paulo, e no jornal Valor Econômico e na Folha de São Paulo exerceu os cargos já de diretor-adjunto de redação e correspondente nos Estados Unidos. Carlos Eduardo é autor de diversos livros e artigos publicados no Brasil e nos Estados Unidos. Carlos, com a palavra.

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA

Obrigado, Fernando.

O lason nos deu, aqui, o relato de como foi a situação no Irã, que por muitas pessoas que são fascinadas pelas novas tecnologias, representou uma espécie de paraíso do jornalismo cidadão, como é chamado o jornalismo que é feito por indivíduos. E eu reconheço, como o Daniel também disse, que este fato, este fenômeno do jornalismo cidadão, do jornalismo feito por indivíduos, é um avanço no terreno da liberdade de

opiniões. No entanto, me parece que esse exercício pode implicar um custo para a sociedade, que não é pequeno, e que precisa de um contraponto. O custo é a possibilidade de a sociedade se transformar numa sociedade pós-factual, onde os fatos já não interessam mais, só interessam as opiniões. E as opiniões que são disseminadas e reforçadas e cristalizadas por meio desses aparelhos que são usados na internet e na rede digital.

Vou dar um exemplo, aqui, recente, da minha experiência como ombudsman da Folha. Comecei a receber vários e-mails de leitores, ou supostos leitores da Folha, condenando acerbamente o jornal por não ter dado nenhuma linha sobre o prêmio que o presidente Lula recebeu em Paris na UNESCO. E eram e-mails pesados, não eram e-mails nada críticos, do ponto de vista nem de suavidade nem de agudeza intelectual. Era "como vocês, da Folha, sem-vergonhas, canalhas, não registram em nem uma linha que o presidente Lula recebeu um prêmio da maior importância em Paris"? Ora, a Folha tinha dado a notícia, em alto de página, com fotografia, várias vezes ao longo da semana. E eu respondi aos leitores que me escreviam, perguntando "mas, por que você está dizendo que a Folha não deu, se a Folha deu", e eu colava no meu e-mail de resposta a reportagem da Folha como publicada. Alguns responderam dizendo "ah, mas eu li isso no blog do fulano. Eu li que a Folha não deu no blog do beltrano." As pessoas não leem o jornal, mas criticam o jornal por fazer uma coisa que o jornal não fez. Esse é um exemplo da minha experiência, mas isso é a sociedade pós-factual, em que os fatos não têm mais importância. O que importa é que opinião eu tenho a respeito de uma pessoa, de um político, de uma instituição, de um meio de comunicação, de uma universidade, ou qualquer outra coisa.

Eu acho que, nesse contexto, o contraponto tem que ser feito pelos jornais. Jornais de papel ou jornais em qualquer outra plataforma. Jornais que façam opinião baseada em fatos. Que façam análise baseada em fatos. E que façam reportagem de fatos. Porque, embora seja uma velhíssima discussão, que eu acho inclusive inútil, sobre a objetividade – existe objetividade, não existe objetividade – é claro que não existe, é uma discussão fútil, essa, não existe objetividade. Mas existem fatos. Nós estamos aqui em Brasília, não é nenhuma outra cidade. Nós estamos numa tarde de terça-feira, não é nenhum outro dia da semana e nenhum outro período. Os jornais, o jornalismo tem a obrigação e o dever, pra preservar a sociedade baseada em fatos, de fazer o seu trabalho de analisar, opinar e reportar fatos.

Para que isso aconteça, é necessário que haja empresas bem organizadas, empresas sólidas. Porque isso custa caro, isso custa dinheiro. O Iason foi pra o Irã por conta própria, ele é *free lance*. Mas seria muito melhor, eu acho, se ele fosse com boas condições, ele teria muito melhores condições de fazer o seu trabalho se ele tivesse sendo devidamente pago por uma empresa, se ele tivesse a estrutura de uma empresa, inclusive o amparo legal que uma empresa dá pra jornalistas na situação dele, quando estão em países perigosos, como é o caso do Irã.

Então, as empresas jornalísticas têm um papel fundamental a desempenhar para a democracia numa sociedade. E esse papel fundamental é de fazer com que os fatos não

morram. Eu acho muito bom que haja diversidade de opiniões, eu acho excelente, eu acho maravilhoso que a internet continue proporcionando às pessoas o direito de expor as suas opiniões, nos seus blogs, nas suas redes de relacionamento, tudo isso é muito positivo e merece incentivo, e merece defesa e merece amparo. No entanto, não se pode esquecer que existem os fatos, e que os fatos devem ser reportados com base numa estrutura que permita que eles sejam reportados com fidelidade.

Assim com eu acho, também, que, embora o direito à liberdade de expressar opinião e informação seja um direito evidentemente fundamental, e que não pode ser de maneira alguma vilipendiado por meio de decisões jurídicas que impedem a circulação de uma informação antes de ela ter sido devidamente publicada, eu acho também que um direito não é nunca absoluto. Nem o direito de informação nem o direito de opinião. Aqueles que se excedem no seu direito, que prejudicam os outros, que ofendem, que caluniam, devem pagar por isso, mas a posteriori, evidentemente. O que não se pode aceitar é o que se está fazendo com O Estado de São Paulo, com A Tarde, com outros jornais, de implementar, de volta no Brasil, a censura prévia, que nós achávamos que já estávamos livres dela há bastante tempo.

FERNANDO RODRIGUES

Muito obrigado, Carlos Eduardo. Eu vou passar a palavra agora para Merval Pereira, comentarista da Globo News, da CBN, e colunista de O Globo, onde entrou como repórter-estagiário e exerceu, entre outras, as funções de editor nacional, editor-chefe, diretor da sucursal de Brasília, diretor de redação e diretor-executivo do Infoglobo. Merval Pereira foi diretor de jornalismo de mídia impressa e rádio das Organizações Globo, recebeu um Prêmio Esso pela série de reportagens *Segunda Guerra, Sucessão de Geisel*, publicada no Jornal de Brasília. Trabalhou no Jornal do Brasil e na Revista Veja, onde foi chefe das sucursais de Brasília e do Rio de Janeiro, e editor nacional em São Paulo também. Merval possui especialização em política internacional, pela Universidade de Stanford, na Califórnia, e fez curso de Gestão de Empresas, no Insead, na França. É membro do conselho editorial das Organizações Globo e de outras entidades, e recentemente foi agraciado com o prestigiado Prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade de Columbia. Merval com a palavra.

MERVAL PEREIRA

Eu acho que a gente tem que separar os assuntos nessa questão das novas mídias e do futuro do jornalismo. Eu me lembro de uma frase de um editor americano, que eu esqueci o nome, infelizmente, que é muito boa, né, dizendo que a gente tem que tomar cuidado para não se suicidar por medo de morrer – o jornal impresso, né. Então é exatamente isso que acontece, a gente tem que ter uma noção de que o jornal impresso, as empresas de comunicação, incluindo rádio e televisão, mas falando mais especificamente dos jornais impressos, eles são a base do que a internet pode dar de melhor. Uma coisa é o jornalismo em uma plataforma diferente do papel. Outra coisa é a divulgação de opiniões em blogs e Twitter e outros tipos de meios, novos meios sociais. Isso não é jornalismo, isso é liberdade de expressão, isso é uma divulgação disseminada

de opiniões pessoais, que é muito bom, que faz com que o mundo fique mais próximo, mas não é jornalismo. Jornalismo é o que é produzido por, preferencialmente, empresas organizadas para isso, que se estruturam para selecionar, para identificar a notícia, para hierarquizar a notícia. Então, mesmo na internet, um noticiário com uma marca importante terá muito mais valor e credibilidade do que um blog individual. E aí a gente vai evitar esse tipo de desinformação que a internet, que é o maior meio de divulgação de informação já inventado, é também o maior meio de propagação de boatos e de notícias não verdadeiras.

Então, eu acho que há uma confusão em torno dos novos meios. Os novos meios são individuais, representam uma opinião pessoal, permitem que o leitor participe e dê sua opinião, mas não é jornalismo. Jornalismo é outra coisa em qualquer plataforma, seja no papel impresso, seja na televisão, no rádio, na internet, em qualquer lugar. Mas aí você tem uma série de preceitos a serem cumpridos, uma série de trâmites.

É a mesma coisa do fim do diploma. Eu, como não tenho diploma, sempre defendi a tese de que, para ser jornalista, você não precisa ter um diploma específico de jornalismo; nem mesmo precisa ter um diploma qualquer. Agora, você tem que, aprender, dentro de uma redação de jornal, todas as regras básicas da função de jornalismo. Você não aprende isso fora do trabalho, você aprende isso ou numa universidade ou, e principalmente, dentro das redações dos órgãos de comunicação. Porque há um aprendizado a fazer, não basta você saber escrever, ter uma boa cultura, isso tudo é importante, mas não é essencial. Você tem que aprender a coletar informação, a selecionar e, sobretudo, a exercitar uma ética muito específica do jornalismo, que é quando a gente esbarra nestas questões: o que publicar, como publicar, quando publicar? Há uma série de circunstâncias que fazem um jornal até abrir mão de publicar algum tipo de notícia, porque a sociedade não está preparada, ou pode ser mais prejudicial à sociedade a divulgação do que a não divulgação. Situações extremas, de guerra, há um código específico que os meios de comunicação têm no DNA, sabem identificar.

Então, todas questões mostram claramente como devem ser separadas as novas tecnologias. A questão do jornalismo nas novas tecnologias não é uma questão de acabar o jornal impresso e passar tudo pra internet. É uma coisa e outra, é uma coisa complementando a outra, é uma coisa, é o jornal impresso podendo ser mais reflexivo, a internet sendo mais rápida e não tendo muita limitação de espaço. Então, há uma complementaridade entre essas novas tecnologias que eu acho que é essa a questão que a gente tem que ir aprendendo a conviver com ela. E não a ideia de que vai acabar o jornal impresso, ou que já envelheceu, e esse tipo de coisa que é completamente fora de discussão.

Eu não sou tão pessimista quanto o Marcelo com relação à situação da liberdade de imprensa no Brasil. Eu concordo, eu constato todos os problemas que ele abordou, e acho que acontecem realmente. Mas vejo uma reação muito forte da sociedade brasileira, que, ao contrário da percepção do Marcelo, eu acho que a sociedade brasileira já tem a liberdade de expressão como um valor dela. Tanto que o governo tentou, em algumas vezes, aprovar leis que tenderiam a limitar a liberdade de expressão e foi duramente criticado e não conseguiu levar adiante nenhuma dessas iniciativas. Então eu

acho que nós estamos realmente passando por um período, inclusive porque nas nossas redondezas, na nossa região, o ambiente de liberdade, o ambiente democrático tem sido cada vez menor, né, e mais, a liberdade de imprensa, na Venezuela, e em outros países chamados bolivarianos está sendo muito atacada, então a sensação que a gente tem aqui é que isso pode, poderia acontecer aqui, inclusive por causa de algumas iniciativas já tomadas, né, que são meio recorrentes. Mas acho que a sociedade brasileira é muito mais cônica dos seus direitos, é muito mais moderna e entende perfeitamente a necessidade de uma imprensa livre. E eu acho que esse caso do Estadão, por exemplo, está fazendo com que vários setores da sociedade reajam a essa situação, e a gente pode ter, com esse caso, por exemplo, uma solução no Supremo Tribunal Federal que pode ser uma solução definitiva para as nossas angústias nesse tipo de problema. E acho que terá sido uma boa luta, se chegar a esse ponto, e a gente tiver que ir ao Supremo pra resolver essa questão. Pode ser que, a partir daí, a gente resolva realmente essa questão da censura prévia.

FERNANDO RODRIGUES

Muito obrigado, Merval. Vou passar a palavra pra o nosso último palestrante, antes de entrarmos na fase de perguntas e debate. Alon Feuerwerker, jornalista, edita o Blog do Alon, um blog de informação e análises políticas do país. É também colunista do jornal Correio Braziliense, apresentador do programa de entrevistas Jogo do Poder, na rede de TV CNT. Nos anos 70, Alon foi um dos líderes do movimento estudantil contra a ditadura militar. Já trabalhou na Folha de São Paulo, Agência Folha, Folha da Tarde, no Brasil on Line, onde exerceu as funções de editor de economia, opinião, esportes, repórter especial e secretário de redação. Foi professor de Jornalismo on Line da Escola de Comunicação Social da Casper Libero, em, São Paulo, atuou como assessor de imprensa em campanhas políticas e foi assessor de imprensa da prefeita Marta Suplicy. E ele é um dos líderes do movimento estudantil da ditadura militar, só pra complementar, o Alon esteve naquela chapa, em 1979, que reconstruiu a União Nacional dos Estudantes, depois do período militar. Alon, a palavra é com você.

ALON FEUERWERKER

Bom, obrigado, Fernando, obrigado à ANJ pelo convite, e também a oportunidade de reencontrar velhos amigos, Judith, Antônio Manoel, é sempre um prazer.

Nós estamos aqui comemorando 30 anos da ANJ, o Fernando lembrou também que são 30 anos de reconstrução da União Nacional dos Estudantes, por coincidência foi naquele mesmo ano, 1979, e, desses trinta anos, são 25 anos que a gente pode dizer de democracia plena. Mesmo antes da Constituinte, eu acho que a gente pode dizer que, desde a transição, desde Tancredo, depois Sarney, nós tivemos, nós vivemos uma situação de democracia. Não são 25 anos, são 24 anos e alguma coisa, mas a gente pode dizer que é um quarto de século. É o maior, é o mais longo período de liberdades democráticas e democracia na história do Brasil. Muitas vezes a gente esquece disso. Então, nós sempre tendemos a ter, até pela profissão, pelo viés, uma visão crítica sobre os fatos, sobre os acontecimentos, mas acho que nós temos que valorizar isso. E muitas vezes, quando se critica a Constituição de 88, algo que o ministro Gilmar Mendes disse uma vez, que eu registrei e guardei, a Constituição, ela é muito criticada, mas ela tem que

ser vista, também, à luz de sua funcionalidade. Do ponto de vista das liberdades democráticas, do Estado de Direito, da liberdade de expressão, ela tem um papel que eu acho que tem que ser valorizado. Então são 30 anos de ANJ, 25 anos aí de regime democrático, e agora, 21 anos da nossa Constituição.

Bem, eu vou tratar um pouco aqui, pegando aqui o gancho do que disse o Carlos Eduardo – isso não foi combinado, mas já estava mais ou menos programado, mas eu agradeço a ele por ter dado o gancho – e vou me meter a falar aqui sobre essas últimas decisões do Supremo. Eu, como sou leigo, é possível, provável que eu fale alguma bobagem, mas está aqui a doutora Taís Gasparian, não é, que é especialista e certamente vai poder me corrigir se eu de fato cometer um erro.

Mas, nesses dois últimos julgamentos do Supremo sobre Lei de Imprensa e sobre diploma, houve um debate que me pareceu muito interessante, que é o que acontece quando dois direitos fundamentais, eles se chocam. Então, tem o direito à livre expressão, e os outros direitos, o direito à imagem, por exemplo, ou o direito à privacidade. E me pareceu, em ambos os julgamentos, que há uma visão clara, no Supremo, que o direito à livre expressão, ele se sobrepõe aos demais direitos. Não no sentido de anular os outros direitos, mas no sentido de anteceder os demais. Ou seja, ninguém pode simplesmente mandar deixar de publicar alguma coisa porque é possível que determinado um direito seja atingido por aquela publicação. Isso significa que o direito à imagem foi abolido? Não. Significa que quem acha que foi prejudicado, que foi atingido, que foi agredido de alguma maneira por uma publicação tem o direito de recorrer à Justiça pra se defender daquilo. Mas a possibilidade, o potencial, a eventualidade de um outro direito vir a ser atingido por causa do exercício da liberdade de expressão, isso ficou muito claro nas duas discussões do Supremo, pelo que eu entendi, que não é possível você estabelecer um controle a priori, antes de publicação, antes da veiculação. Porque, se fosse possível, nós instituiríamos, estaríamos a caminho de voltar a instituir a censura prévia, e a Constituição proíbe a censura prévia. Então, eu não sei se eu entendi direito a discussão do Supremo, a dra. Taís poderá confirmar, mas eu acho que isso ficou muito claro.

E nos dois julgamentos, um julgamento foi mais apertado do que o outro, porque havia alguns juízes que entendiam que era preciso, de alguma maneira, preservar alguns aspectos eventualmente sobre direito de resposta, na Lei de Imprensa, mas no julgamento do diploma ficou claro, isso foi 8 a 1, ali, e foi de uma clareza cristalina. Quer dizer, a exigência do diploma obrigatório caiu, também, porque o Tribunal considerou que o jornalismo é a liberdade de expressão exercida profissionalmente. Então, que você restringir o acesso a essa profissão por algum mecanismo discricionário significaria um atentado contra a liberdade de expressão.

Então eu acho que existe uma visão clara, no Supremo Tribunal Federal, pelo menos em função desses dois julgamentos, a respeito da centralidade da liberdade de expressão. Evidentemente, nem tudo que é discutido, decidido no Supremo reflete exatamente o que pensa o conjunto do Judiciário. Tanto que na Primeira Instância nós temos, aí, algumas decisões, inclusive essa decisão última, em relação ao jornal O Estado de S.

Paulo, que permite de alguma maneira uma espécie de censura prévia (eu vou colocar entre aspas, porque que eu não quero que nenhum juiz diga que eu o acusei de estar desrespeitando a Constituição, mas que poderia ser lida essa maneira, né).

Então, o que eu acho que é o grande desafio nosso, nesse momento, é fazer esse debate na sociedade brasileira, de uma maneira a ampliar, a capilarizar esse entendimento que o Supremo Tribunal Federal tem, e que já é uma interpretação, porque são dois julgamentos, um logo depois do outro, então existe uma interpretação clara do Supremo. Eu acho que, no final das contas, o Judiciário todo vai ter, de alguma maneira, que seguir por aí.

Além disso, em relação à questão da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão, eu vou ficar no meio do caminho dos colegas que são pessimistas e otimistas. Eu acho que já houve mais apreço pela ideia de que a livre expressão é um direito fundamental aqui no Brasil. Eu acho que, quando nós saímos da ditadura, havia toda uma sede de democracia, uma sede de liberdade, e que falar de controlar os jornais, falar de censurar e imprensa, de impedir a publicação era algo que gerava uma revolta nas pessoas. Hoje essas coisas acontecem, e eu sinto, muitas vezes, que elas são vistas com uma certa normalidade, com uma certa passividade, com um certo conformismo, né? Não é algo que, quando houve a transição, e quando a democracia era uma coisa nova, não havia essa passividade e esse conformismo. Havia medo de se retroceder, de se caminhar pra trás, então havia uma reação da sociedade muito forte. Eu acho que é possível que esse valor, que essa ideia da importância da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa esteja, fruto dessas pressões, e fruto também da realidade, porque quem é alvo de uma notícia desagradável – não pelo fato de o jornalista ter resolvido escrever alguma coisa desagradável, mas pelo fato de que os fatos, em si, são desagradáveis – quem é alvo de uma notícia desse tipo, ainda mais quando ela adquire grande repercussão, sempre tende a se colocar como uma vítima, e nós temos visto isso recentemente. Então, de vítimas em vítimas, as pessoas começam a achar "puxa, mas se tem então tantas vítimas, então talvez a liberdade de expressão esteja sendo utilizada em excesso". E eu acho que isso é um risco real.

Eu vou terminar aqui, pra aproveitar esse pouco tempo, pra falar de um assunto polêmico, que é o seguinte: fala-se muito em controle social da comunicação. Na minha opinião, o controle social da comunicação, ele já existe, ele é feito pelas leis. Qual que é o outro tipo de controle social da comunicação? Na verdade, aí é uma opinião minha, é uma forma envergonhada de defender o controle governamental da comunicação. Porque, quando se fala em controle social, ninguém diz como é que esse controle social vai ser feito. Quem é que vai fazer? Quem é que vai decidir o que pode e o que não pode ser publicado? Quem é que vai decidir o que pode e o que não pode ser veiculado? Quem é que vai resolver, quem é que vai tomar essa decisão? Como ninguém sabe quem vai tomar essa decisão, é evidente que essa decisão vai ficar a cargo do Poder. Então, o Poder se apresenta, ou alguns procuram apresentar o Poder como uma instância que está à margem desse debate, e eu acredito que não. Eu acho que existe uma outra discussão, que é uma discussão importante, que é dizer bom, o controle social da comunicação, da informação, da divulgação de informações, é muito importante. Mas ele já é exercido por meio das leis, por meio da Justiça, por meio das decisões da Justiça de Primeira Instância,

de Segunda Instância e dos Tribunais Superiores. Qualquer outro tipo de controle, ele vai esbarrar exatamente nisso: quem é que faz o controle. E como ninguém vai conseguir descobrir uma maneira cem por cento democrática, cem por cento correta, cem por cento justa de fazer esse controle – até porque a Constituição garante a liberdade de expressão, não como um valor absoluto, mas como um valor que prevalece sobre os demais –, isso vai acabar chegando ao controle governamental da comunicação, que é uma situação pra qual nós não queremos regredir, não foi por isso que nós lutamos contra o autoritarismo, e trinta anos depois, não será desejável que nós andemos pra trás pra caminhar rumo a uma situação a qual nós lutamos tanto pra superar.

FERNANDO RODRIGUES

Muito obrigado, Alon, muito obrigado a todos. Nós vamos começar, agora, a fazer as perguntas, e eu vou abrir, inclusive, pra que vocês, palestrantes, também perguntem a si próprios, se quiserem. E eu gostaria, com a prerrogativa de estar moderando, de fazer a primeira pergunta pra o Iason, sem fazer censura prévia a vocês, claro, até pra que ele, com um olhar estrangeiro, que vai ter sobre tudo que vocês falaram aqui, muito sobre o estado da liberdade de expressão no Brasil, do jornalismo, do futuro da profissão e do futuro do jornalismo, propriamente. Eu gostaria de falar, e eu achei que não houve muito consenso, talvez, também não muito dissenso, mas não houve muito consenso sobre a existência ou não, na sociedade brasileira, do valor da liberdade de expressão como algo realmente inamovível, e que a sociedade toda deve guardar com muito cuidado e com muito vigor.

Todos nós aqui, evidentemente, somos a favor. O Merval falou que acha que tem, eu acho que tem um pouco, também, mas também o Alon fez uma ponderação sobre a reação às vezes tímida de algum setor da sociedade quando a liberdade de imprensa e de expressão não existe. O Iason esteve em alguns países onde, de fato, não existe esta liberdade. E eu gostaria que ele, depois de ter ouvido as exposições aqui, relatasse se o desenvolvimento desse valor a respeito da liberdade de expressão nesses países se desenvolve a partir desses protestos todos. Se ele sentiu que já existe alguma emergência nesses países, sobretudo Coreia, e mais recentemente no Irã. E a respeito dos comentários do Brasil, que ele acabou de ouvir, o que ele teria a dizer pra nós, das impressões dele. Iason. E depois, se os senhores palestrantes quiserem abrir um pequeno debate entre nós, seria bom também, e daí partiremos para as perguntas da plateia.

IASON ATHANASIADIS

Não me acho em posição de expor uma opinião pessoal sobre a situação no Brasil, que parece muito complexa e dinâmica para compreender no curto período em que estou aqui. Do mesmo modo, não é fácil comparar o Brasil com o Oriente Médio, que é uma região que tem sofrido muito na sua condução dos direitos humanos e a liberdade de expressão nos últimos anos.

Certamente concordo com o que o Sr. Silva disse a respeito da crescente falta de informação, mesmo com o mundo cada vez mais interligado. Vivemos numa sociedade

em que constantemente enviamos e recebemos informações, mas a verdade é que uma quantidade muito menor de conteúdo é criada. E parte da razão disso é que a indústria de informação global atravessa uma crise de proporções tão enormes que no momento não há orçamento para empregar novos jornalistas. Ao mesmo tempo, estamos caindo no perigoso problema da formação de guetos. Através de redes sociais *online*, nos relacionamos com pessoas que pensam como nós – quando interagimos com as pessoas, fazemos isso fora do nível do mundo real, portanto preciso me lembrar de ser muito educado, de parar para ouvir o que têm a dizer, preciso manter uma cortesia básica, mas agora interagimos através coisa totalmente nova, uma interface chamada de internet, onde o nível mais primário de discurso é o insulto. O que, é claro, não é nada útil.

Quanto a trabalhar como jornalista numa região como o Oriente Médio, eu tive muito menos acesso à informação durante aqueles curtos sete dias em que estive trabalhando livremente no Irã, em Teerã, do que teria se estivesse baseado em Dubai, ou, como meus colegas, em Istambul, Washington ou Londres, onde eles recebiam quantidades intermináveis de informação, grande parte em Persa, mas traduzida em poucas horas, o que é outro grande avanço. Acordava todos os dias depois de ter ficado escrevendo artigos até às quatro da manhã, devido ao fuso horário na América do Norte, onde estavam meus editores. Começava logo a dar telefonemas para tentar descobrir aonde seriam as manifestações do dia, ou quais eram os acontecimentos políticos mais recentes, mas era muito difícil conseguir se aproximar dos tomadores de decisões políticas, com certeza eles não falariam com nenhum jornalista estrangeiro àquela altura. Conversar com jornalistas estrangeiros era quase tóxico, como já constatamos desde os julgamentos em massa que ocorreram.

O regime tenta passar a impressão de que países como Estados Unidos, Israel e Inglaterra criaram uma revolução de veludo, que todas aquelas centenas de milhares de pessoas que vimos nas ruas seriam instrumentos involuntários de um poder maior, colocados ali para pressionar uma determinada agenda. Meu interrogador me disse que certamente não há muita diferença no modo como o Ocidente os tem manipulado comparado a trinta anos atrás. Naquela época, a manipulação era feita através de espões, que eram enviados diretamente para o país. Hoje, eles usam a sociedade civil para os seus fins. E temos alguns exemplos de institutos da sociedade civil localizados perto de Washington ou no norte da Europa que são usados para manipular o jogo democrático. Tivemos a revolução de veludo no Leste Europeu e os conflitos na Ásia Central, que foram aparentemente baseados na vontade do povo, mas que ao mesmo tempo eram fortemente manipulados de fora. E, do mesmo modo, o jornalismo está sendo manipulado e ameaçado pelo modo como as crescentes privatizações do jornalismo atuam no sentido de distorcer as agendas.

Portanto, eu, como jornalista *free lancer*, por exemplo, posso não mais trabalhar para um jornal de reputação internacional, que por ser internacional tem quase a mesma responsabilidade de ser justo para com seu público que tem um oficial de governo, um órgão de governo ou um jornal ou estação de TV de propriedade de um governo. Eu trabalharia para uma ONG ou para uma fundação. As agendas sofrem distorções de forma lenta e sutil. Portanto, tentando raciocinar sobre o futuro do jornalismo com base

na atual situação, me preocupa muito o modo como estamos entrando num período em que as agendas conflitantes usam cada vez mais vozes, mas é claro que essas vozes, as de maior reputação e respeito, são praticamente as mesmas que sempre foram usadas para pressionar uma visão diferente do mundo. E para moldar impressões. Não é preciso ler o jornal para ficar irritado com o fato de que o que se pensava que não seria publicado, realmente não o foi. Na verdade, não se trata mais de informação, mas de impressões.

FERNANDO RODRIGUES

Algum dos senhores gostaria de comentar? Daniel Piza.

DANIEL PIZA

Eu queria só, na verdade, fazer uma divergência de tom em relação ao que o Merval e o Carlos Eduardo disseram sobre o jornalismo digital, o jornalismo pós-fato e a situação do Brasil. Eu acho que há muita gente fazendo bom jornalismo digital fora das grandes empresas, dos grandes jornais em papel, no Brasil e fora do Brasil, né? Um dos sites mais fortes de cobertura política em Washington, hoje, se chama politico.com. Politico, como se fosse em português, mesmo. São quatro jornalistas que saíram de grandes grupos e formaram um site, e que está trazendo vários furos, uma cobertura totalmente diferente, a cobertura padronizada de Washington. E eles, o curioso da história deles é que eles começaram como site, e agora eles viraram um jornal. E esse jornal tem dado toda a rentabilidade que eles procuravam desde o começo. Quer dizer, a soma dos meios é que está trazendo... A revolução digital, ela não vai acontecer, ela já aconteceu, nós estamos no meio dela. Então, tem muita gente boa fazendo em blog apuração de fatos, né, de notícias. Acho a multiplicação de opiniões interessante, também, porque o jornalismo também pode ser um jornalismo de opinião. Então, essa multiplicação de vozes, eu acho ela extremamente saudável pra sociedade como um todo. E aí vem a parte mais curiosa da história toda: ela pode ser particularmente saudável pra os grandes grupos, pra os grandes jornais, cujo cerne é o jornal em papel. E assim tem sido. Se você olhar os sites mais visitados dos Estados Unidos são exatamente os do New York Times e do Washington Post, sites de notícias. Há uma discussão toda sobre a transição de modelos, né, da rentabilidade que vai ter esse jornalismo internético, e que o papel está perdendo, em função da circulação, mas a tendência é de um convívio meio complexo, e com todos os atritos decorrentes dessa complexidade que a gente já está vivendo. Então, eu acho que existe, assim como o e-mail e o blog – eu não estou falando isso como blogueiro, né – eu acho que o e-mail, o blog, esses outros meios de comunicação virtual servem pra divulgar boatos, eles também estão servindo pra apurar fatos. Então, assim, até brinquei uma vez dizendo que eu não acho que o jornalismo vai morrer, nem mesmo o bom jornalismo.

FERNANDO RODRIGUES

Vou passar a palavra, o Alon pediu a palavra, e o Merval? Os dois. E, como pagamento, por receber a minha palavra, eu vou dar também uma pergunta pra ambos já responderem, da plateia, pra ganharmos um pouco de tempo.

Pra o Alon, a primeira é se a era digital tirou ou não o privilégio de os jornalistas e o jornalismo hierarquizarem o mundo. Pergunta do Eduardo Murta, secretário de redação do Hoje em Dia, de Belo Horizonte.

ALON FEUERWERKER

Eu acho que não, pra dar uma resposta direta. Porque, por mais que tudo mude, uma coisa dificilmente vai mudar: sempre será necessário que alguém remunerado pra fazer especificamente aquilo vá aos lugares, converse com as pessoas, veja o que está acontecendo e faça uma reportagem, ou uma interpretação, ou um artigo de opinião a respeito. A questão se isso vai ser distribuído no papel ou se isso vai ser distribuído de outras maneiras é uma questão mais na esfera do negócio. Mas do ponto de vista da atividade jornalística, eu acredito que não. Até porque, é verdade que todo mundo pode montar um blog, pode entrar no Twitter, pode escrever o que quiser. Mas o sujeito, o dentista que tenha um blog sobre política, ele não vai poder sair do consultório dentário dele pra vir pra Brasília pra fazer reportagem de política. Vai ter que ter alguém aqui em Brasília sendo pago pra fazer reportagem de política. Então a minha resposta é não, aliás, eu agradeço a pergunta porque era exatamente o assunto sobre o qual eu queria me manifestar, nesse ponto aqui.

FERNANDO RODRIGUES

E para o Merval, tem uma pergunta aqui, são várias, eu vou sintetizar, porque são vários que perguntaram. Se seria necessário aprovar no Congresso algum tipo de legislação para preencher, vamos dizer, na opinião de alguns, o vácuo deixado pela queda da Lei de Imprensa.

MERVAL PEREIRA

Não, acho que não. Acho que a Lei de Imprensa já devia ter acabado há muito tempo. Acho que há leis no País pra resolver problemas, quem achar que foi injuriado, caluniado, tem leis pra recorrer, não vejo porque deva existir uma lei específica para jornalismo.

Eu queria só pegar aqui o que o Piza falou, são duas coisas, só: uma, eu tenho a impressão de que o politico.com começou como jornal e depois fez o blog, é ao contrário, não foi como você disse, que fez o jornal depois. Eles saíram do... mas de qualquer maneira são jornalistas que saíram de órgãos de imprensa e fizeram um... portanto estavam já treinados e capacitados para a apuração e a divulgação de notícias, e acabaram fazendo um jornal para complementar o blog. E o exemplo melhor disso é o Huffington Post, que era um blog individual e hoje é um grande blog, porque investidores foram lá, puseram dinheiro, e ela montou uma grande equipe de jornalistas e cada vez mais melhora a atuação dela. O que confirma o fato de que você pode ter importantes blogs atuando como fonte de informação, mas você precisa ter uma estrutura empresarial, com investimentos, pra que você não se torne um simples divulgador de fatos aleatórios e de boatos e tal. Uma estrutura que permita você investigar, aprofundar na investigação e divulgar notícia, acho que continua sendo imprescindível.

FERNANDO RODRIGUES

Eu vou passar uma pergunta agora pra o Marcelo Rech, mas queria também fazer um comentário, a respeito da viabilidade do jornalismo na internet, enfim, essa nossa discussão toda, aqui. E o caso do politico.com, que é um site realmente muito interessante que existe, não é o único lá nos Estados Unidos que está fazendo sucesso nessa área, mas até relatar uma experiência pessoal. O Merval, nós nos cruzamos muito na cobertura da eleição presidencial norte-americana, e eu me lembro de pelo menos um episódio a gente estava junto, que foi a cobertura da convenção republicana do John Macken, que foi num estádio gigantesco, e os blogs todos montaram as suas salas, não é, também como os jornais, alugaram seu spacinhos pra escrever. E eu entrei na redação do político. E eu contei dentro da redação do Político e perguntei se eram todos jornalistas, trinta e cinco jornalistas. Então é uma empresa jornalística, não é verdade, cheio de patrocinadores, e num país onde a internet já está disseminada, chega quase à totalidade da população, diferentemente do restante do mundo. Então, há alguma assimetria, ainda, em relação ao que acontece nos Estados Unidos.

Só pra concluir, uma anedota que se ouve muito sobre internet e jornalismo no Brasil é aquela sobre quem é que ganha dinheiro com internet. É aquele que dá palestra sobre como ganhar dinheiro com internet, por enquanto, na maioria dos casos, porque é muito difícil, ainda. Ainda é um meio que não está completamente viabilizado, embora já seja uma grande revolução.

Mas, Marcelo, várias pessoas perguntaram e eu vou condensar. Por favor, todos que perguntaram alguma coisa nessa linha, sintam-se contemplados, porque é mais ou menos o seguinte: falou-se muito em liberdade de expressão, todos os palestrantes, sobre a necessidade de o valor da liberdade de expressão se consolidar no país, de se respeitar, etc. Mas como ficam os casos em que a imprensa ela própria não consegue lidar muito bem com isso, como foi o caso daquela menina Eloá, o sequestro, em que houve muita exposição de mídia e outros já conhecidos. A imprensa não precisaria, então, criar ela própria alguma forma de tentar evitar que esses episódios onde ela não consegue lidar muito bem com a liberdade de expressão ocorram?

MARCELO RECH

Eu acho que um dos assuntos que nós temos que – e está sendo discutido no âmbito da ANJ, por exemplo – que nós temos que aprender com o segmento publicitário é a autorregulamentação. Né, então. O CONAR, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária existe há muitos anos e funciona. E eu acho que esta é uma discussão que está começando no Brasil, é a discussão muito madura, e que tem a ver eu acho que com a própria evolução dos meios de comunicação, em combinação com a sociedade. Um modelo de autorregulamentação. A ANJ, por exemplo, tem um código de ética que é sucinto, mas que diz muito. A maior parte dos meios de comunicação, sobretudo os meios, né, os principais meios têm códigos de ética muito interessantes, né. Talvez nem seja desconhecimento de todos, mas são códigos respeitados dentro das

redações, respeitados pelas empresas, cobrados, e que proporcionam, já, grande parte desta autorregulamentação.

Eu me preocupo, eu acho que nós temos, no caso do Fórum Mundial de Editores, do qual que faço parte, tem um tema muito recente, que está nos sufocando e que lason mencionou, a palavra-chave, que é insulto. Nós achávamos que a internet ia ser um território para grandes e edificantes discussões, e nós temos, nos meios de comunicação que estão aí, como os nossos sites e blogs, enfim – colocando, só no caso da RBS são mais de trezentos blogs que nós temos na internet, feitos por nossos colegas – nós recebemos centenas, milhares de comentários.

No caso da RBS, cerca de cem mil comentários por mês, tá, postados em diferentes áreas de nossos sites. Grande parte desses comentários, o que não é diferente do que acontece em outros grupos de comunicação do Brasil ou no resto do mundo, em outras áreas da internet também, fora dos meios de comunicação, motivados ou postados sob o caráter de anonimato como pichadores virtuais, cuja função é insultar pessoas, insultar religiões, criar, na verdade, conflitos, em vez de se buscar a pacificação dos conflitos, pacificar através do diálogo, através da discussão. Os meios de comunicação no mundo todo estão assoberbados com essa questão, porque já passa, ela ultrapassa os limites da liberdade de expressão e entra em muitas searas, na ofensa religiosa, na ofensa racial, né. E isto tem que ser, obviamente, né, filtrado e acompanhado e depurado, e já não se tem mais nem condições físicas, não só no Brasil, mas em outros lugares, de fazer isso. E eu acho que essa é uma discussão muito recente, muito preocupante, porque ela desmistifica um pouco esse caráter de território edificante das grandes discussões, a grande arena mundial, porque ela está sendo invadida, ocupada pelas vozes destruidoras. Talvez a única maneira de nós conseguirmos conviver com isso seja conviver mais com isso, e que as vozes que são obviamente majoritárias em termos numéricos – talvez não em decibéis aí, de internet – acabem neutralizando e repelindo os pichadores virtuais, os vândalos digitais, no sentido de impor, digamos, o bom senso e a discussão de fato construtora.

FERNANDO RODRIGUES

Obrigado, Marcelo, se alguém quiser comentar. Eu gostaria que o Carlos Eduardo comentasse esse aspecto, essa crítica que veio um pouco nessas perguntas que eu condensei sobre a necessidade de a mídia, ou os jornalistas, ou o jornalismo dar uma resposta para os casos em que a liberdade de expressão é abusada.

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA

Eu não tenho a menor dúvida de que os jornais e os jornalistas precisam dar uma resposta sua, própria, a esse tipo de acusação, que muitas vezes é procedente. Porque se nós não cuidarmos de nos regulamentar, alguém irá regulamentar a nossa atividade. E eu acho, e isso é uma opinião absolutamente impressionista, eu acho que o caldo de cultura na sociedade brasileira para a censura é muito grande. Eu compartilho muito mais da opinião do Marcelo do que a do Merval nesse específico ponto. Pelo que eu sinto nas relações pessoais, familiares, a quantidade de vezes em que eu ouço "é preciso censura

pra isso. É preciso censura pra nudez na televisão, é preciso censura pra opinião de alguém de quem eu discordo, é preciso censura pra o José Simão, porque fala palavrão". Eu acho que existe um grande caldo de cultura autoritário, favorável à censura no Brasil. E se nós não cuidarmos de nos regulamentar nos nossos excessos, que existem, e não é possível negar, eu acho que algumas tentativas que já foram feitas aqui acabarão tendo mais respaldo da sociedade do que a gente gostaria.

E só pra fazer um pequeno reparo, aqui, que talvez tenha ficado uma impressão errada do que eu tentei expressar, pelo que eu entendi do Daniel, é claro que eu não faço nenhuma crítica ao blog ou à internet. Isso seria absolutamente irracional. Há blogs excelentes, há coisas maravilhosas sendo feitas na internet, há blogs de opinião excelentes na internet. Eu estava me referindo ao tipo de blog que é individual, apenas opinativo e disseminador de falsas informações que, no nosso ambiente jornalístico político é, eu acho, no Brasil, a maioria. Eu acho que a gente pode contar dez blogs que a gente acha desse tipo que eu estou descrevendo agora, e um ou dois que sejam de outro tipo, que sejam realmente sérios, que sejam... Isso não é uma condenação que eu faço, não é uma condenação ao meio, ao veículo internet, muito menos ao gênero blog. O blog pode ser excelente, há muitos.

FERNANDO RODRIGUES

Daniel.

DANIEL PIZA

Não, eu acho que é óbvio isso, né, quer dizer, há bons blogs. O que eu acho que o argumento de que toda essa multiplicação dos meios digitais está criando uma sociedade que não respeita os fatos é uma questão, é uma velha briga. Porque também, se você pensar nos jornais, você vai selecionar três ou quatro que são bons, e a grande maioria não é. Pense nos jornais regionais que tem no Brasil adentro, todos com muito pouca liberdade de expressão. Muito pouca liberdade de expressão. Comandados por oligarquias regionais, políticas, e que muitas vezes podem ser desafiados por alguém que saia dum jornal e abra um blog pra atacar aquilo. Quer dizer, o ganho, pra mim, é evidente.

E sobre aquele ponto do Merval, vai chegar um dia em que o pessoal lá do politico.com ou da Huffington, que eles vão formar jornalistas que vão, depois, formar os seus próprios meios de divulgação e que não terão passado pelo jornal escrito. Esse dia vai chegar, e não vai demorar muito. Às vezes até o cara isolado, muitas vezes até, numa determinada situação, como o Iason é o maior exemplo possível, né, um cara isolado ele pode obter uma informação que um outro, que não tem um respaldo de uma instituição, tal, pode ter. Eu acho que quanto mais variedade melhor.

FERNANDO RODRIGUES

Eu vou passar a palavra pra o Alon e fazer um comentário já pra vocês também comentarem, porque tem uma pergunta aqui que é a última que eu vou fazer, porque

depois vamos praticamente encerrar. A pergunta de um milhão de dólares esta que foi feita aqui é: "não existe liberdade de expressão sem independência econômica, financeira. Como é que todos esses meios vão conseguir fazer essa transição, como é que o Politico, ou sei lá, o TPM, o Huffington, esses blogs todos vão formar novos filhotes e vão ser viáveis e vão ter dinheiro nesse novo ambiente que está se formando"? Se alguém tiver condição de abordar esse tema, Merval, que vai ter a palavra agora.

MERVAL PEREIRA

Não, eu queria explicar o seguinte, eu não acho que só uma redação de jornal impresso forme jornalistas. Eu acho perfeitamente normal que uma redação on-line, bem montada, forme gerações de jornalistas on-line. Eu acho ótimo, não tenho nada contra. O que eu acho é que você, dentro de uma estrutura organizada, estudiosa do meio em que a pessoa trabalha, e com meios para fazer um trabalho de apuração, profundo, e tal, você forma jornalistas. Você não forma jornalistas é com o cara em casa, fazendo um blog, dando a sua opinião pessoal, ou do seus amigos. O caso do jornalista *free lance* não tem nada a ver com isso. O jornalista *free lance* é um jornalista que já trabalhou em vários jornais e optou por ser *free lance*. Mas teve uma formação jornalística dentro da cadeia de produção de notícia normal. Ou, antigamente, no tempo dele ainda acho que era jornal impresso, basicamente, e agora os grandes blogs. Mas isso é normal. O que eu acho é que você tem que ter, para fazer um jornalismo profissional, para ser tratado como jornalismo, você tem que estar dentro de uma estrutura organizacional dedicada a esse trabalho, e com um DNA de produção, investigação e edição de notícias.

ALON FEUERWERKER

Gostaria só de, talvez um pouco o papel de advogado do diabo no final e dizer que essa disseminação de informações falsas pela internet ela não é uma coisa nova. Ela é nova porque é feita por meio digital, porque o boato, a conversa não baseada nos fatos, a opinião, a injúria, o ataque são coisas que nós conhecemos, que se conhecem desde que o mundo é mundo. Eu acredito que, paradoxalmente, a internet permite criar um ambiente em que você pode combater essas coisas mais facilmente. Porque se alguém fala alguma coisa de você ou ataca alguém sem, sem, assim, jogando no ar ondas de som, é muito difícil você se defender. Agora, se você é citado na rede de uma maneira que é injusta, de uma hora ou outra... Você entre lá no Google News e se cadastra pra ser avisado toda vez que seu nome for citado na internet, você vai saber praticamente tudo que falam sobre você, mas você vai poder se defender. Então, a gente, sempre quando olha o novo, a gente vê, puxa, mas isso é um risco. Eu acho que de fato o risco existe, que é o de dar voz a quem está preocupado unicamente em destruir. Mas, por outro lado, também existe a possibilidade de que as pessoas atacadas saibam que estão sendo atacadas, e aí elas vão poder também se defender.

FERNANDO RODRIGUES

Só pra citar, complementando o que o Alon disse, trata-se de um fato inevitável. Vai ser impossível frear essa onda de boatos, como queira, de blogs que apuram bem ou apuram

mal. Eles existem. E a melhor forma, talvez, seja essa, e seria talvez uma quimera pensar em fazer como, por exemplo, hoje em dia, dentro do Congresso Nacional prolifera a ideia de fazer uma lei para que, durante o período eleitoral, a internet seja tratada com imensas restrições, que não sejam emitidas opiniões, essas coisas. É tentar combater algo que é impossível de ser combatido.

Tem uma pergunta pra o Daniel, aqui, pra que a gente caminhe pra o encerramento. Daniel, qual o critério que utiliza para definir que só existem três ou quatro bons jornais no Brasil, e que todos os jornais regionais são submetidos a oligarquias?

DANIEL PIZA

É o critério da minha opinião. Eu acho que existem três ou quatro jornais bons no Brasil. E o outro critério, a respeito do grande número, não todos, de jornais regionais dependentes de oligarquias políticas é um critério factual, basta você fazer o levantamento. Aliás eu fiz esse levantamento, uma matéria, já faz sete ou oito anos, que mostrava que a quantidade de jornais na mão de políticos, né, da família Sarney, da família ACM, da família Collor de Mello. Isso aí é um fato sabido e repisado.

Queria só colocar mais um detalhe nessa discussão que é lembrar que o George Orwell fez um dos maiores ensaios jornalísticos da história sem pertencer a uma estrutura hierárquica. E ele escrevia pros jornais que o publicavam. Então, os blogs, podem surgir grandes autores, aí, que acho que cabe a nós, da chamada grande imprensa, assimilar, aproximar, atrair, pra produzir bom jornalismo onde quer que ele apareça, não necessariamente, ali, naquela carreira.... Depois, na BBC, depois. Mas um dos maiores ensaios jornalísticos da história ele escreveu ele estava na Índia, ela estava em Burma.

MARCELO RECH

Agora, eu só queria, respeitando a opinião do Daniel, dizer que existem, sim, coisas muito legais, muito bacanas sendo feitas. Eu não estou falando em causa própria, obviamente fora da RBS, fora do Rio Grande do Sul, Santa Catarina. Na imprensa regional, na pequena imprensa, sabe, coisas muito criativas, muito vigorosas, de altíssima qualidade, e que têm sido reconhecidas inclusive pelo Prêmio Esso e por outros tantos prêmios aí. Só pra encerrar, Fernando, eu tomo a liberdade de botar o meu pitaco também naquela pergunta de 100 bilhões de dólares que você fez há pouco, tá, que...

FERNANDO RODRIGUES

Aumentou o valor.

MARCELO RECH

É o grande assunto de todos nós. E a diferença do jornalismo hoje, né, e pra ficar nesse debate, nós temos o jornalismo profissional e o jornalismo não profissional. E a definição clássica nossa de jornalismo profissional é o jornalista que na verdade exerce uma função de testemunha paga. Nós somos pagos para descrever algo, né, através de uma

remuneração que nos é transferida pelo público, não pelas empresas, pela entidade, pelas organizações, mas pelo público, que nos paga pra transferir uma descrição ou uma opinião. O exercício desta atividade, para continuar ser paga, ela tem que ter uma percepção de qualidade muito a frente, muito adicional. Tudo é mais exercício de jornalismo. Então, na verdade, nós estamos assistindo um momento de depuração onde talvez os não tão melhores fiquem pra trás, e os melhores terão que ser ainda muito melhores pra oferecer um conteúdo de extraordinária qualidade, que será remunerada pelo público. E a palavra-chave disso é credibilidade. O Merval e todos, vários colegas mencionaram que as marcas, né, sejam as marcas de empresas, sejam as marcas de programa, sejam as marcas de jornais, de cadernos, sejam as marcas pessoais que cada jornalista profissional carrega serão cada vez mais relevantes pra estabelecer um patamar de qualidade e a disposição do público de remunerar aquele que vai separa a lenda, a desinformação ou a opinião de baixa qualidade daquilo que de fato tem relevância, tem hierarquia e que faz, é essencial para a sociedade.

FERNANDO RODRIGUES

Marcelo, obrigado. Nós estamos chegando ao final. Agradeço a todos e uma boa tarde. Encerraremos com a apresentação de uma propaganda institucional da ANJ, a propósito dos 30 anos da entidade. Mais uma vez, muito obrigado a todos. Agradeço a presença de todos os palestrantes. Boa tarde.